



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SUBCONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

**1ª REUNIÃO DE TRABALHO DO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO**

Local: Auditório da Controladoria-Geral da União

Data: 17 de novembro de 2004

PARTICIPANTES: Waldir Pires, Ministro de Estado do Controle e da Transparência, que presidiu a reunião; Jorge Hage Sobrinho, Subcontrolador Geral da União e Secretário-Executivo do conselho; José Aparecido Nunes Pires, Secretário de Controle Interno da Casa Civil; Elisa Maria Moraes Braga Raposo Lopes, Assessora Jurídica – CGAU/AGU, Byron Prestes Costa, representante do Ministério da Justiça; José Mauro Gomes, Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda; Luiz Hamilton de Queiroz Pontes, Assessor Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Mauro Sérgio Bógea Soares, Secretário-Geral de Controle Executivo da Comissão de Ética Pública da Presidência da República; Antônio Carlos Alpino Bigonha, Procurador Regional da República; Luciano Carlos Batista, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União; Reginaldo Oscar de Castro, Membro Honorário e Vitalício da Ordem dos Advogados do Brasil; Oscar Maurício de Lima Azedo, Presidente da ABI; Cláudio Weber Abramo, Diretor Executivo da Transparência Brasil; Francisco de Assis da Silva, Diretor Regional da Abong; Assis Pereira, Representante indicado pelas igrejas evangélicas de âmbito nacional; Tirso de Salles Meirelles, Chefe de Gabinete do Presidente da CNA/SP e Paulo Itacarambi, Diretor Executivo do Instituto Ethos.

MEMBROS AUSENTES: Ministro Marcos Vinicius Pinta Gama, representante do Ministério das Relações Exteriores, por motivo de viagem, sendo representado pelo Senhor Marcus Rector Toledo Silva, Francisco Whitaker Ferreira, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, também por motivo de viagem, e José Francisco Siqueira Neto, representante da CUT, por motivo de doença.

ABERTURA – O Presidente abriu a reunião ressaltando, dentre outros temas, o desenvolvimento da institucionalidade do Estado Brasileiro e o desejo de que possa

fortalecer-se para prestar os serviços que a democracia brasileira precisa, sobretudo para a construção de uma sociedade mais justa, mais eficiente e, por isso mesmo, efetivamente democrática; e o desafio da Controladoria em combater a corrupção e impedir o crescimento da exclusão social..Conceituou e esclareceu, ainda, os princípios e as atribuições essenciais da Controladoria-Geral da União e sua atuação articulada entre outros organismos: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Recuperação de Ativos, Ministério da Fazenda, Secretaria de Receita, Secretaria do Tesouro Nacional, Conselho de Atividade Financeira, Advocacia-Geral da União, Casa Civil e Ministérios Públicos Federal e Estaduais e Tribunal de Contas da União, no trabalho de controle e fiscalização e na luta pelos valores republicanos e democráticos e pela sociedade. Passou, então a palavra ao Subcontrolador Geral da União, Jorge Hage.

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:

1 – EXPOSIÇÃO DO DR. JORGE HAGE

O Subcontrolador Geral da União, Jorge Hage, expôs por meio de *slides*, as responsabilidades e atribuições da Controladoria-Geral da União, destacando as formas de atuação e principais ações realizadas e a realizar. O teor da apresentação é parte integrante desta ata.

2 – SUGESTÕES DO PRESIDENTE

2.1 – Regimento Interno: O senhor Presidente sugeriu que, preferencialmente, os membros comesçassem a pensar na elaboração do Regimento do Conselho da Transparência, ressaltando a importância de se franquear a manifestação de cada um dos Conselheiros para expor suas idéias no sentido de contribuir para a elaboração do regimento. Sugeriu também que os membros do Conselho, um que será relator e outro que será revisor do regimento, já fossem indicados na reunião.

2.2 – Articulação Com o Ministério da Educação - articulação com o Ministro de Educação no sentido de estabelecer uma parceria entre a Controladoria e o Ministério da Educação para algum tipo de curso ou ensinamento que o núcleo pedagógico do Ministério de Educação se incumba de nos sugerir, no sentido de conduzir a cultura da coisa pública e da boa destinação do dinheiro público.

3. – MANIFESTAÇÕES E SUGESTÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO

3.1 - O representante da da Transparência Brasil, Cláudio Weber: explicitou a competência do Conselho, citando o artigo 2º do Decreto que o constitui. Exemplificou alguns males causados pela corrupção, chamou a atenção para os desperdícios causados por ela e ressaltou a importância em combater e prevenir a corrupção. Situou a

importância da informação no sentido de possibilitar o monitoramento da sociedade e a otimização da gestão pública.

3.2 - O representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, Francisco de Assis: afirmou que o momento histórico do Brasil é bastante favorável ao aperfeiçoamento do Estado. Expôs o reconhecimento dos avanços desses processos, pela ABONG. Colocou-se favorável às tarefas do Conselho de se dirigir pela variedade dos atores. Retratou a consistência de uma reforma política que tem por base a superação de um modelo de Estado patrimonialista e cartorialista e a construção de um mecanismo onde o Estado e a sociedade civil possam efetivamente partilhar compromissos e buscar o aperfeiçoamento das instituições. Colocou a importância de se trabalhar uma nova cultura política brasileira para intensificar a reforma política.

3.3. O representante do Instituto ETHOS, Paulo Itacarambi: exemplificou a valorização pelo Instituto ETHOS, na formação do comportamento ético no sentido de evitar a corrupção. Sugeriu que se incorporasse ao projeto do Portal a mobilização em cada município de mecanismos próprios de transparência em que se divulgariam não apenas a transferência de recursos, mas também como são realizadas as despesas desses recursos.

3.4 - O representante do Ministério da Fazenda, senhor José Mauro Gomes: sugeriu a agregação no Portal da Transparência do Portal da Lei de Responsabilidade Fiscal que era discutido no Ministério da Fazenda. Chamou a atenção para as informações contidas no SISTN fornecidas pelos estados e municípios, que eram informações bastantes defasadas e que não conferiam com o que foi repassado pela União. Referenciou a CAUC que permitirá a obtenção de informações mais tempestivas para a prevenção da corrupção.

3.5 - O representante do Ministério da Justiça, senhor Byron Prestes Costa: difundiu a notícia do assassinato de dois Policiais da Polícia Rodoviária Federal e que o Sindicato relacionou-os ao crime organizado no Estado. Lamentou que quase todos os delitos neste país têm interface com a corrupção. Ponderou sobre a atuação do Ministério do Planejamento no sentido de identificar onde estão entrelaçados os programas a nível de municípios, para fins de proporcionar a condição de mais informação e fiscalização. Sugeriu a legitimação da sociedade civil, alertando para abusos de algumas associações que sempre toma o caminho da corrupção. Informou ainda que existem espaços onde o Estado não existe, e o prefeito de uma urbanidade que se criou não tem nenhuma instrumentalização para fazer qualquer coisa.

3.6 - O representante do Tribunal de Contas da União, senhor Luciano Carlos Batista, falou da importância da iniciativa do Conselho de permitir o consenso de determinados assuntos e de disponibilizar por uma questão de transparência,

informações para a sociedade, no intuito de estimular o controle social. Sugeriu uma atuação de intervenção do Conselho no aperfeiçoamento da legislação e destacou a impunidade como o grande mal que alimenta a corrupção.

3.7 - O representante da OAB, Senhor Reginaldo Oscar, Membro Honorário Vitalício da OAB: esclareceu os princípios da Ordem dos Advogados do Brasil, no sentido de primar pela luta contra a corrupção. Retomou a questão do acesso às informações e informou da existência de órgãos e organismos impenetráveis que impossibilitam sua transparência. Citou vários exemplos em que a participação do cidadão brasileiro ajudou bastante para o sucesso dos programas de governo. Estimou que, para ver o país com o qual sempre sonhamos no aspecto de controle de corrupção demorará muito, mas algumas atitudes podem ser tomadas para estimular o cidadão brasileiro. Sugeriu a aplicação do instituto da suspensão e do impedimento dos parlamentares de manifestar-se sobre discussões que porventura tenham interesse eleitoral. Mencionou a questão da inegibilidade, que não vem sendo aplicada, alertando do interesse pessoal na busca pelo mandato eletivo.

3.8 - O representante das Igrejas Evangélicas, senhor Assir Pereira: explanou que será muito difícil, no curto prazo, ter um órgão que realmente revele poder no controle da aplicação dos recursos, tendo em vista os números desfavoráveis. Retornou a questão do número insuficiente de funcionários e alertou ainda que a difusão dessa deficiência pode estimular a ilegalidade. Enumerou algumas indefinições que existem no Conselho. Sugeriu a maximização da ação da Controladoria, sugerindo aos estados e municípios a criação dos seus próprios Conselhos.

3.8 - A representante da Advocacia Geral da União, senhora Elisa Maria: colocou a importância de punições severas para se desnudar a corrupção e acabar de vez com a impunidade, e que para isso seria necessário o fortalecimento dos órgãos fiscalizadores.

3.9 - O representante do Ministério das Relações Exteriores, senhor Marcus Rector Toledo Silva: manifestou preocupação em poder refletir externamente a coordenação interna que se almeja impulsionar por meio deste Conselho. Elogiou a atuação da delegação brasileira nas convenções internacionais. Sugeriu a incorporação de representantes da CGU no comitê de peritos que acompanham a implementação da Convenção Interamericana contra a corrupção, no intuito de cotejar recomendações e dispositivos dessas convenções no âmbito interno. Exemplificou o trabalho produzido pela Transparência Brasil sobre implementação das normas da Convenção Interamericana, e sugeriu que seja feito em relação à Convenção da OCDE, contra o suborno de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais, e também com a convenção da ONU que ainda não está em vigor no plano internacional. Solicitou informações ao Itamarati, no que diz respeito à consolidação de estatísticas, números de inquéritos, denúncia, condenações efetivas para que possam traduzir no

discurso diplomático ações concretas. Disponibilizou o Itamarati a colaborar com o fórum global contra a corrupção em junho de dois mil e cinco.

3.10 - O Representante da Casa Civil da Presidência da República, Senhor José Aparecido,: destacou a supervisão ministerial que está esculpida no artigo 19 do Decreto-Lei nº 200, que é uma parceira do controle. Destacou também o mapeamento e a identificação dos riscos para tornar a fiscalização mais eficiente e afirmou estar elaborando uma proposta nesse sentido, para apresentar numa outra reunião. Invocou a colaboração de cada um dos presentes na realização do IV Fórum Global contra a Corrupção.

3.11 - O representante da CNA, senhor Tirso Meireles, Chefe de Gabinete do Presidente da CNA/SP: sugeriu a criação de certas objetividades e a interligação da Controladoria com os ministérios. Fomentou a participação da população na fiscalização das verbas públicas. Invocou atenção na criação de um mecanismo por parte dos Estados para que possam ter suas próprias controladorias, e no aperfeiçoamento dos Conselhos Municipais. Sugeriu também o fortalecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal que julgou ser um ponto muito importante na condução do poder público quanto à adequação de algumas verbas.

3.12 - O representante do Ministério do Planejamento, senhor Luiz Hamilton: congratulou a Controladoria pela exposição das medidas de prevenção à corrupção. Definiu que o combate à corrupção seria um conjunto de medidas tomadas por todos os órgãos públicos. Ressaltou mais uma vez a importância das informações no combate a corrupção. Destacou a necessidade de mostrar para a sociedade a punição aos corruptos e necessidade de uma reforma política. Mencionou metas traçadas pela Estratégia Nacional de Combate a Lavagem de Dinheiro, e demonstrou interesse em saber o andamento dessas metas. Informou ainda a colocação do Brasil no combate a corrupção, que numa escala de 0 a 10 estava com 3,9 pontos.

3.13 - O representante da Associação Brasileira de Imprensa, senhor Maurício Azedo, - esclareceu as competências e os limites do Conselho, mencionando o Decreto nº 4923, de 18 de dezembro de 2003, que estabelece as funções do Conselho. Pediu para que a exposição feita pelo Dr. Jorge Hage fosse encaminhada aos membros do Conselho, devido ao conteúdo relevante para ação dos conselheiros. Retomou a questão da elaboração do regimento interno do Conselho e definiu que deveria ser elaborado pela própria Controladoria. Explanou mais uma vez a insuficiência da legislação no que se refere a punições ou sanções necessárias para a coibição da corrupção. Em seguida, perguntou o que a CGU tem feito ou se dispôs a fazer para propor medidas legislativas que alcancem os atores de delitos menores contra a administração pública.

3.14 - O representante da Comissão de Ética Pública, o senhor Mauro Sérgio, registrou que o combate à corrupção e promoção da ética deixaram de ser interativas e ressaltou o retardo da promoção da ética. Sugeriu que a comissão ajudasse no acompanhamento do cumprimento dos compromissos firmados pelo país.

3.15 - O representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, senhor Francisco de Assis, tendo em vista a necessidade de retirar-se da reunião, sugeriu que as próximas reuniões fossem realizadas com prazos mais longos.

3.17 - O senhor Cláudio Weber sugeriu a criação de uma agenda que possibilitasse tempo suficiente para organização logística. Ressaltou que devido ao pouco entrosamento entre os participantes, o desenvolvimento do encontro ficou prejudicado, mas que no longo prazo isso seria resolvido. Sugeriu também a discussão de pautas específicas no intuito de não estender a reunião com assuntos que estão fora da pauta. Informou que dia nove de dezembro será o Dia Internacional de Combate à Corrupção e sugeriu que nesse dia fossem lançados: a Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público, Manual do Agente Municipal e o Portal da transparência.

3.18 - O senhor Maurício Azedo sugeriu que fosse fornecido a cada conselheiro o nome dos integrantes do Conselho com os respectivos endereços para fins de correspondência e remessa de documento, tendo o Dr. Jorge Hage afirmado que já foi fornecida com a pasta que foi entregue no dia da instalação e que ele receberia uma.

3.20 - O Senhor Maurício Azedo perguntou ao Ministro se as agências reguladoras dos serviços públicos serão alcançadas pela Controladoria-Geral da União, para evitar os abusos que elas cometem nas transações que favorecem empresas de cada setor e para proteção do usuário. O senhor Presidente afirmou estar concluindo os trabalhos e a respeito dessa indagação e que estas agências, em certos aspectos, pareciam inadequadas e que exerceria a competência na medida que as denúncias forem apresentadas, buscando cumprir o dever da CGU.

4 – DELIBERAÇÕES FINAIS

O Senhor Presidente retomou a questão da elaboração do regimento direcionando ao cumprimento do que está no Decreto. O Dr. Jorge Hage, reiterou o que Ministro disse, que caberá a Controladoria apresentar um anteprojeto de regimento, assim como a pauta com assuntos específicos para a próxima reunião. Mencionou a pauta preliminar que foi distribuída na reunião, em que constam cinco temas sugeridos pela Controladoria, destacando um anteprojeto de leis sobre conflitos de interesse. Informou a todos os participantes o registro de todas as sugestões e observações. Solicitou ao ministro que fosse feita a escolha do relator e do revisor. E com o consentimento do Ministro, foram

indicados **como relator, o Dr. Mauro Bogéa e como revisor, o Senhor Reginaldo Oscar**. Acrescentou e esclareceu ao Dr. Maurício Azedo, que o trabalho de fiscalização e controle das agências telefônicas foi realizado. Informou a todos que o serviço de apoio solicitou que os membros que receberam passagem, remetessem ao Gabinete da Subcontroladoria o cartão de embarque com o bilhete para fins de prestação de contas.

5 – ENCERRAMENTO

O senhor Presidente, Ministro Waldir Pires, agradeceu a todos os presentes, alertando-os para um novo encontro e declarando encerrada a reunião.